

A juventude e o dilema da inserção no mercado de trabalho.

Ana Patrícia Dias Sales y Francisco José Lima Sales Lima.

Cita:

Ana Patrícia Dias Sales y Francisco José Lima Sales Lima (2017). *A juventude e o dilema da inserção no mercado de trabalho*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/4272>

A JUVENTUDE E O DILEMA DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

YOUTH AND THE DILEMMA OF INSERTION IN THE LABOR MARKET

Ana Patrícia Dias Sales

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal – RN, Brasil. E-mail:

Anapatricia_dias@yahoo.com.br

Francisco José Lima Sales

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE, Brasil. E-mail: chicodede@gmail.com

RESUMO

O estudo é resultado de uma pesquisa desenvolvida com jovens beneficiários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC. O tema central está vinculado à atual configuração do mercado de trabalho, os processos de reestruturação do sistema produtivo vigente e às políticas de qualificação para inserção da população juvenil no mercado de trabalho. A investigação objetiva compreender a relação entre o mercado de trabalho, o lugar que o segmento juvenil nele ocupa e a qualificação profissional dada por meio do PRONATEC. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Berilo Wanderley, localizada na cidade do Natal/RN, no ano de 2015. A investigação se vale de um estudo de caso e se utiliza de dados primários e secundários. Infere-se que os cursos ofertados legitimam a desqualificação da formação ao se caracterizarem pela simplificação do conhecimento. Além disso, os beneficiários pouco conseguem se inserir no mercado de trabalho por meio do curso adquirido e, quando isso acontece, ou ocupam postos de trabalhos precarizados ou atuam na informalidade. Logo, eles vagam entre estágios, pequenos serviços e alternativas de sobrevivência na capital do RN.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Juventude. Precarização do trabalho. Informalidade. Qualificação Profissional.

ABSTRACT

The study is the result of a research developed with young beneficiaries of the National Program of Access to Technical Education and Employment - PRONATEC. The central theme is linked to the current configuration of the labor market, to the present productive system restructuration and to the qualification policies for insertion of the youth population in the labor market. The research aims to understand the relationship between the labor market, the place which the youth segment occupies in it and the professional qualification given through PRONATEC. The research was developed at the State School Berilo Wanderley, located in the city of Natal (State of Rio Grande do Norte, Brazil), in 2015. The research uses a case study as well as primary and secondary data. It is inferred that the offered courses legitimize the disqualification of the formation when being characterized by the knowledge simplification. In addition, beneficiaries are not able to enter the labor market through the acquired course, and when this happens, they either occupy precarious jobs or act in the informal sector. Soon, they wander between stages, small services and survival alternatives in the capital of Rio Grande do Norte.

Keywords: Labor market, Youth, Precarious Work Condition, Informality, Professional Qualification.

I Introdução

A conjuntura social, política e econômica que marca as primeiras décadas do século XXI no Brasil, não somente reflete no universo do trabalho, como também traz à tona novas problematizações à realidade do mesmo, quando se tem como referência o favorável movimento da economia vivenciado nos últimos anos, especificamente o período compreendido entre 2004 a 2013.

O satisfatório desempenho econômico desse intervalo de tempo confluiu para o crescimento das ocupações com registro em carteira, para o aumento nas ofertas de emprego, para a queda na taxa de desemprego e para a redução da informalidade, o que imprimiu não somente uma nova dinâmica ao mercado de trabalho, como também contribuiu para o reposicionamento dos trabalhadores na estrutura ocupacional do país.

Mesmo considerando que o mercado de trabalho no país, caracterizado por um desenvolvimento retardatário, tenha sido deficiente, no curso do seu desenvolvimento, no que concerne à capacidade de sorver a massa de trabalhadores oriundos das relações de “produção tradicional” para a indústria moderna, faz-se mister admitir que o bom desempenho da economia nos últimos tempos forjou uma maior capacidade de absorção da força de trabalho em atividades assalariadas e regulamentadas.

Paradoxalmente, nessa década e meia que o novo século desponta, período em que se identificam ganhos para o conjunto dos trabalhadores, traduzidos basicamente no aumento real do salário mínimo, na diminuição do desemprego e nas ofertas de postos de trabalho com registro em carteira, o segmento juvenil parece não ter sido contemplado com esse tempo do “ouro” da economia brasileira, pois continua a amargar o desemprego, o subemprego e a informalidade, isso quando comparado à população adulta.

É nesse contexto de prosperidade econômica e ganhos para a classe trabalhadora que se objetiva analisar a relação entre o mercado de trabalho, o lugar que o segmento juvenil nele ocupa e a qualificação profissional ofertada por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PROTEC.

Nesse caso específico, refere-se à população juvenil beneficiária dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), quais sejam: curso de almoxarifado, auxiliar administrativo, auxiliar de tesouraria, recepcionista, pintura, inglês básico, espanhol, libras, vendas e eletricitista, que foram realizados na Escola Estadual Berilo Wanderley, na cidade do Natal/RN, no ano de 2015.

II O mercado de trabalho na realidade brasileira

É sabido que a transição do século XX para o XXI vai ser marcada por mais uma crise estrutural do capital. Nas economias centrais, assistiu-se a um conjunto de metamorfoses nos processos de produção capitalista e na regulação estatal, o que impactou nos países periféricos, em particular nos da América Latina, referencia-se o Brasil, nesse contexto.

Tais transformações, que assumiram a condição de uma intensa reestruturação produtiva, apresentaram-se como respostas à crise estrutural do capital, que se expressa no regime fordista de acumulação, adotado pelos países capitalistas centrais, cujo objetivo era restabelecer o dinamismo e a estabilidade econômica e social vivenciada por esses países no segundo pós-guerra.

À medida que a crise se mostrou como de caráter estrutural, atingindo diretamente a relação capital e trabalho, ela também se refletiu sobre o aparelho estatal, não somente no que tange ao financiamento do processo de acumulação, como ainda na efetivação de políticas necessárias à reprodução da força de trabalho, exigindo uma profunda mudança tanto no nível da organização do processo produtivo, quanto na forma de intervenção estatal.

Nesse momento, a reestruturação produtiva se impôs enquanto um imperativo necessário ao combate à rigidez que caracterizava esse modelo de desenvolvimento e, o toyotismo, por ser portador de um modo de extração de ganhos de produtividade, demonstra uma maior tendência à universalização.

De um modo geral, as distintas nações foram acometidas pela retração do emprego formal e industrial. Formas de gestão flexíveis foram adotadas nas empresas, destacando-se a terceirização, o setor de serviços foi ampliado, as ocupações atípicas ganharam proeminência no mercado de trabalho, assim como a precarização do emprego e o desemprego.

Com efeito, o mercado de trabalho se tornou mais flexível, complexo e heterogêneo. Aliás, a flexibilidade, conforme Harvey (1989), vai se manifestar nos processos e no mercado de trabalho, isto é, na totalidade dos aspectos que envolvem o mundo do trabalho e suas relações.

Especificamente no Brasil, país caracterizado por um capitalismo retardatário, o processo de reestruturação produtiva, como bem ressalta Reineck (1999), põe em movimento as distintas formas de contratação da força de trabalho, quais sejam: o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, a subcontratação ou a terceirização. Logo, o mercado de trabalho no país vai ser predominantemente caracterizado pelas formas “atípicas” de trabalho.

Nesse caso, é relevante destacar que a absorção da força de trabalho em atividades assalariadas e regulamentadas, no curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, comparando-se aos países desenvolvidos, traduz-se pequena, pois o mercado de trabalho moderno/industrial, além de crescer sem conseguir sorver a massa de trabalhadores oriundos das relações de “produção tradicional”, também não consegue estabelecê-la na qualidade de trabalhadores assalariados, empurrando-os para situações de subemprego e para atividades integrantes do setor terciário da economia, de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação, trabalhadores intermitentes, entre outros (KOWARICK, s/n).

Assim, a estrutura ocupacional que nasce e se desenvolve no Brasil se caracteriza, sobretudo, por diferenciadas formas de renda e ocupação. O subemprego, a informalidade e os baixos rendimentos formatam o mercado de trabalho brasileiro, dando sinais de uma composição de empregos que progride sob o signo da precarização do trabalho, principalmente em momentos de arrefecimento da economia.

A rigor, o mercado de trabalho no Brasil, embora apresente uma configuração própria de um país periférico, na primeira década do século XXI, apresentou alterações relevantes na estrutura ocupacional, bem como na qualidade dos empregos.

A partir de meados da década de 2000, essa estrutura se recompõe com a adoção de uma nova política de regulação do trabalho, associada ao crescimento econômico e ao distanciamento das políticas de cunho neoliberal. O mercado de trabalho vai apresentando sinais de avanços no que diz respeito ao retrocesso nas taxas de desemprego, na redução da informalidade e na elevação das ocupações com carteira assinada.

Essa tendência se comprova a partir de uma série de indicadores que oferece um panorama do comportamento econômico do país na primeira década do século em curso, como por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e a geração de empregos com registros em carteira. Conforme dados do IBGE (2012), tomando como referência dois momentos distintos da primeira década do século XXI, ou seja, o período entre 2001 e 2003, e o outro entre 2004 e 2008, tem-se uma variação expressiva no que concerne ao crescimento do emprego formal, que evoluiu de 12,6% para 33,5% entre os períodos referenciados.

Em 2009, sob efeito da crise financeira que atingiu mais diretamente os países de capitalismo central, o PIB do Brasil apresentou forte queda, mas o mercado de trabalho prosseguiu gerando empregos, registrando, naquele ano, quase um milhão de novos postos com carteira assinada.

É interessante salientar a situação do segmento juvenil nesse momento de expansão nas ofertas de emprego. Esse favorável momento vivido no país não alcançou em índices satisfatórios a população jovem, que, em comparação com o segmento adulto, o desemprego é um fato real, que se apresenta em maiores proporções, como bem apontam os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio (2011) – PNAD. Esse quadro, portanto, sinaliza que o crescimento econômico, embora fundamental para o desempenho no país, não amortece, significativamente o desemprego dessa população.

Aqui, refere-se, mais precisamente, aos jovens com baixa escolaridade e pertencentes à famílias de baixa renda. Tradicionalmente, a situação desse perfil populacional no que concerne à perspectiva de inserção no mercado de trabalho, se reveste de certa complexidade, pesando sobre esse tanto as condições de natureza objetiva quanto as de natureza subjetiva.

Assim, a condição socioeconômica vai sinalizando o lugar que a juventude ocupa no mercado de trabalho na realidade brasileira. Os jovens pertencentes à famílias de rendas mais elevadas estão menos vulneráveis ao desemprego, assim como ao trabalho desprotegido. Certamente, o desemprego, o subemprego, a informalidade e a precarização do trabalho acometem em maior proporção os jovens oriundos de núcleos familiares de menor poder aquisitivo.

Tal situação atinge os jovens homens e mulheres, quanto à questão de gênero, negros e brancos quanto à condição étnico-racial, alfabetizados e analfabetos, no que concerne à escolarização e qualificados e não qualificados no que tange à profissionalização. Com efeito, esse perfil, segundo Pochmann (2006), encontra-se em desvantagem no mercado de trabalho devido à reduzida produtividade, à falta de qualificação profissional e ao baixo valor da força de trabalho.

Além disso, a entrada dos jovens no mercado de trabalho é marcada por grandes dificuldades. A falta de experiência, a falta de escolarização e a falta de qualificação profissional são alguns dos argumentos comumente utilizados pelas agências de recrutamento, bem como pelos empresários desfavoráveis à perspectiva de entrada e permanência desse grupo etário no mercado de trabalho.

Diante desse panorama, os jovens assumem o desafio de ingressar num mercado de trabalho restrito e exigente e são obrigados a contar com a falta de experiência profissional e formação educacional, particularidades perfeitamente compreensíveis, tendo em vista o ciclo de vida em que se encontram esses sujeitos.

Nesse caso específico, chama-se a atenção, não somente para os índices de desemprego que atingem o segmento juvenil, mas, sobretudo, para a questão da qualidade do emprego,

assunto que ganha relevância no plano nacional. Não sem razão o governo federal, a partir de 2003, assume o compromisso de construir uma agenda nacional de trabalho decente para uma juventude trabalhadora, que tem assumido cada vez mais ocupações caracterizadas pela precariedade.

Essa situação da juventude frente ao mercado de trabalho alcançou um patamar de relevância no quadro da política nacional. Como corolário, nota-se um crescimento de políticas e programas destinados a esse segmento relacionado ao campo do trabalho e à qualificação profissional.

O Estado brasileiro aparece como ator social com ações políticas que emergem do reconhecimento dos efeitos da desestruturação do mercado de trabalho frente à conjuntura na qual também está inserido. Assim, ele passa a formular estratégias para a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio da qualificação da força de trabalho e se apoia nas exigências de um novo perfil de trabalhador e nos novos processos de produção.

O novo perfil de qualificação demandado pelo mercado vai dispensar o trabalhador especialista, voltado para o desempenho de uma única ocupação, dotado de capacidade física e habilidades manuais. O paradigma flexível de base técnica renovada exige conhecimentos, destrezas, habilidades intelectuais e polivalência. Novos elementos são valorizados na utilização da força de trabalho, cabendo, ao vendedor da força de trabalho, ser possuidor de competências básicas, específicas e de gestão.

A prioridade, nesse caso, recai para uma formação mais geral, em detrimento de uma qualificação mais específica. Na medida em que postos de trabalho fixos, com conteúdos que requerem exercícios simples e repetitivos são retraídos em função de ocupações exigentes de movimentos mais complexos, discute-se uma educação mais abrangente, cujo objetivo se volta para o desenvolvimento de competências adequadas ao novo modelo técnico-organizacional que se instala nas organizações mantenedoras da lógica capitalista.

Óbvio que a exigência de novos conhecimentos está correlacionada aos interesses empresariais de contratação da força de trabalho. Isso fez com que a busca por novas habilidades se tornasse indispensáveis ao ingresso e à permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho em transformação (POCHMANN, 2001).

O “novo discurso” para ampliar o conhecimento do trabalhador, bem como para torná-lo empregável, ancorou-se em velhos argumentos favoráveis ao capital humano. Assim, a qualificação do trabalhador torna-se, ao menos no plano da retórica, condição imprescindível para obtenção de um emprego.

Nessas circunstâncias, a qualificação profissional ganha destaque no cenário mundial. O Estado passa a agir como ator estratégico no sentido de tentar garantir as condições para dotar os jovens trabalhadores de maior qualificação por meio de políticas sociais. Nessa direção, destacam-se, como iniciativa do governo: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e o mais recente deles, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC.

Alinhada com a problemática do mercado de trabalho e a qualificação profissional de segmentos mais vulneráveis da população brasileira, em junho de 2011, a presidenta Dilma Rousseff lança o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que tem como objetivo oferecer cursos de educação profissional a estudantes, trabalhadores, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

A operacionalização das ações do PRONATEC se dá por meio do convênio entre o Ministério da Educação e as escolas públicas federais, estaduais e municipais, as instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAR e SENAT -, assim como as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio¹.

O programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, e enseja oferecer condições, por meio de cursos de capacitação, para que a população em situação de vulnerabilidade se insira no mercado de trabalho. Dentre as distintas iniciativas do PRONATEC, destacamos os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, cujo objetivo é ofertar cursos, com duração mínima de 160 horas e duração média de três meses. Os cursos oferecidos pelo PRONATEC estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

Os dados do Ministério da Educação e cultura – MEC- relativos ao número de matriculados, apontam um registro de 4,6 milhões de inscritos em distintos cursos, dos quais 70% estão no grupo etário com idade de até 29 anos. A previsão de vagas para o ano de 2013 foi de 2,3 milhões, distribuídas nas seguintes proporções: 724.539 cursos técnicos e 1.565.682 em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Segue-se com a análise dos cursos ofertados pelo PRONATEC na modalidade FIC, na cidade do Natal, e que contemplaram o segmento juvenil, no sentido de correlacionar a qualificação adquirida e o mercado de trabalho.

¹ Disponível em: <<http://www.pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 de julho de 2015

III A realidade dos jovens beneficiários do PRONATEC

O Estado do Rio Grande do Norte, que se situa no nordeste do país, é caracterizado como um Estado de desenvolvimento retardatário, economia frágil e sem tradição de desenvolvimento industrial. O turismo é a principal atividade econômica, seguida pela produção de petróleo em terra, da produção de sal e da produção da fruticultura, sendo o setor de serviços o forte da economia.

Natal, a capital do Estado, mais conhecida como a cidade do sol e encantos mil, acomoda um panorama de desigualdades de renda e oportunidades para os cidadãos potiguares. A cidade é cindida por quatro zonas administrativas, que recebem as seguintes denominações: zona norte, zona sul, zona leste e zona oeste, o que sinaliza certa segregação social a partir da variável renda no que diz respeito às famílias que habitam as distintas áreas da cidade.

De acordo com dados do IBGE (2000), os jovens de faixa etária entre 15 a 24 anos estão localizados, em maior percentual, na zona norte da cidade. O segundo maior contingente de jovens está na zona leste, o terceiro na zona sul e o menor número habita a zona leste. Cabe a ressalva que as melhores rendas da cidade se concentram na zona sul e na zona leste, e os piores salários se dividem entre a zona norte e zona oeste.

Não há, contudo, como não ir observando as desigualdades de oportunidades entre distintos grupos juvenis, principalmente no que tange ao direito à educação e à inserção no mercado de trabalho. Daí concordar que [...] os jovens dos setores médios e altos têm inúmeras vantagens em relação aos demais, por exemplo, oportunidades de acesso à educação e a postergação das responsabilidades da vida adulta” (REIS, 2000, p. 90).

Essas distinções, certamente traduzem-se, não somente no mundo do trabalho, como também no acesso à escolarização e à cultura. Atente-se que na cidade do Natal, a configuração do mercado de trabalho vai refletir as condições de um estado periférico, caracterizado por uma estrutura de incipiente desenvolvimento tecnológico e ocupações precárias.

Na verdade, nesse Estado, o mercado de trabalho na contemporaneidade é assinalado por ocupações de características mediana e inferior, manual e tradicional, demandado pelo crescimento e dinamismo do setor terciário, que comumente se apresenta como a área de menor valor da força de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2011)², esse Estado registra a maior taxa de desemprego do Nordeste e a segunda maior do Brasil. Com

² Disponível em: <<http://blogdobg.com.br/pnad-rn-tem-a-maior-taxa-de-desempregados-no-nordeste-e-a-segunda-mais-elevada-no-pais/>>. Acesso em: 10 agosto. 2015.

efeito, o desemprego e a precarização do trabalho acometem em maior proporção o segmento juvenil e as famílias de baixa renda.

Não obstante, dinamizar a economia potiguar é uma necessidade premente, frente aos desafios que se colocam em curso no século XXI, que, por sua vez, exige inovação tecnológica e diversificação da economia para a constituição de outros espaços de ampliação no mercado de trabalho, capaz de absorver a força de trabalho juvenil, que busca potencializar sua formação por meio dos cursos na modalidade e de Formação Inicial e Continuada (FIC), oferecido pelo PRONATEC.

No caso específico, aqui se remete ao universo de 45 jovens egressos de 10 distintos cursos na modalidade FIC, quais sejam: almoxarifado, auxiliar administrativo, auxiliar de tesouraria, recepcionista, pintura, inglês básico, espanhol, libras, vendas e eletricista, situados na faixa etária entre 14 a 29 anos, escolarização em nível de Ensino Médio incompleto e completo e moradores de bairros periféricos localizados na zona sul da cidade, que buscaram a qualificação profissional na perspectiva de melhorar o conhecimento e aumentar as chances de se inserir no mercado de trabalho.

No que concerne à questão de gênero, esses jovens se polarizam entre o sexo feminino e masculino, sendo representados da seguinte forma: 55% mulheres e 45% homens. Todos eles são oriundos de escolas públicas e pertencentes a núcleos familiares de rendas baixas, como se pode visualizar na tabela abaixo:

Tabela 1: Renda Familiar dos Egressos

Renda Familiar	Frequência	%
Até 1 SM	13	28,8
Entre 1,5 SM	10	22,2
Entre 2. a 3 SM	18	40,0
Acima de 3 SM	4	9,0
TOTAL	45	100

Fonte: Pesquisa com beneficiários do PRONATEC modalidade FIC, 2015.

A renda das famílias desses jovens pode sinalizar uma vida desprovida de um conjunto de necessidades básicas e de múltiplas carências. Nota-se que a grande maioria sobrevive com rendas que variam entre 1 até 3 salários mínimos e, tão somente, aproximadamente 10% delas

ganham acima de 3 salários. Cabe acrescentar que, dos pais desses jovens, 55% deles estão na informalidade e 45% em atividades provenientes do comércio e do setor de serviços.

Nessa perspectiva, o PRONATEC se dirige a segmentos sociais em situação de vulnerabilidade e baixa renda. Diga-se, um perfil bem específico,

[...] predominantemente jovens e, em menor número, adultos, de classe popular, filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, do campo e da cidade, de regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas (FRIGOTTO, 2004, p. 57).

A situação de despossessão na qual que está imersa parte da família dos jovens beneficiários, faz com que eles destinem a bolsa que recebem, no valor de R\$ 350,00 que, em tese, custearia o deslocamento e a permanência deles nos cursos, para os pais. Como disse um beneficiário

A bolsa que recebo entrego toda a minha mãe. Sabe, ela trabalha como diarista e ganha muito pouco. O meu pai foi embora e eu tenho que ajudar a minha mãe a pagar as despesas da casa. O dinheiro que dou, a minha mãe paga as contas de água, luz elétrica e compra as coisas pra mim e pra meu irmão (BENEFICIÁRIO DO CURSO DE VENDAS, 2015).

Aqui fica evidente a participação dos jovens no orçamento familiar. Logo, a bolsa funciona também como complemento de renda, sinalizando que os jovens assumem a responsabilidade precoce do sustento da família antes de se inserir no mercado de trabalho. Talvez essa situação justifique a continuidade de parte deles em vários outros cursos na modalidade FIC. Óbvio que não se trata da realidade de todos os beneficiários, mas de uma boa parte. Enquanto uns assumem a obrigação de contribuir com as despesas da casa, outros direcionam o valor percebido para ostentações pessoais e a prática do consumo.

As ostentações são as mais diversas, como: compras de livros, tênis, roupas, celulares até a aquisição de alguns serviços, a exemplo de academia de musculação, manutenção de aparelho dentário e passe estudantil. Não fugindo à realidade de uma sociedade que cultua o consumo, os jovens entrevistados celebram a capacidade de poder comprar em uma sociedade que valoriza a cultura do ter em detrimento do ser. Trata-se de se sentir pertencido a essa sociedade.

Em se tratando dos cursos realizados pelo segmento juvenil e a perspectiva de se inserir no mercado de trabalho, o cenário se apresenta sombrio. Dos 45 jovens, somente 35,5% (16) estão empregados e os demais, 64,5% (29) ainda não se inseriram no mercado de trabalho, ainda

que a maioria dos desempregados acredite na promessa ideológica da qualificação profissional. Há, certamente entre eles, uma expectativa positiva quanto à formação adquirida e ao mercado de trabalho. Esse otimismo se expressa na voz do beneficiário quando diz:

Eu soube desse curso aqui na escola por um amigo e já é o segundo que faço, porque hoje a gente precisa se qualificar. Eu quero atuar na área que gosto, que é de auxiliar administrativo, por isso faço o curso. Com ele eu posso arrumar um emprego na área e um emprego bom, mesmo eu sabendo da competição lá fora (BENEFICIÁRIO DO CURSO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 2015).

Aqui, não cabe destruir a esperança da juventude no que concerne à qualificação conquistada e à busca pela inserção no mercado de trabalho. Mas, faz-se mister admitir que a qualificação profissional, em particular, os cursos aligeirados, estão distantes de assumir, ao menos na realidade investigada, o caminho mais glorioso capaz de garantir a empregabilidade desse segmento. Esses cursos, além do aligeiramento e da curta duração, caracterizam-se pela pouca especialização e simplificação. Atente-se que dos beneficiários empregados, somente 3,2 % (2) deles reconhecem que os cursos realizados os ajudaram a ingressar no mercado de trabalho.

Ora, se dentre os objetivos do programa se localiza a tentativa de conciliação entre a oferta do curso e a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, é preciso ter um estudo preciso sobre as demandas do mercado de cada realidade. Não se deve deixar de perceber que quem oferece o direcionamento dos cursos é o mercado. Ele dita a necessidade de cada local, tomando como referência as suas potencialidades. Aliás, “é preciso não perder de vista que são as empresas – e não a qualificação do trabalhador – que controlam o mercado de trabalho” (BRAGA, 2014, p. 8).

Assim, frente à insignificante inserção do jovem no mercado de trabalho formal na cidade do Natal, parece conveniente assinalar o não alinhamento dos cursos ofertados pelo PRONATEC com a demanda de um estado flagelado da região nordeste, como o Rio Grande do Norte, onde os índices de pobreza e a taxa de desemprego figuram entre os piores do país.

O dado nada alentador é quanto ao lugar que esses jovens ocupam no mercado de trabalho na cidade do Natal. Atente-se que dos 35.5% (16) que trabalham, somente 3.2% (2) têm o registro na carteira de trabalho, o que em tese garante um conjunto de benefícios sociais. Eles ocupam a condição de garçom e embalador de mercadorias, respectivamente. Já os demais 33.5% (14), atuam na informalidade desenvolvendo as mais diversas atividades, como: ajudante de eletricista, vendedor, diarista, maquiadora, entre outras.

Aqui se chama a atenção para a qualidade do emprego tão defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vejam que esses jovens estão distantes de assegurar um emprego decente, isto é, com a seguridade social garantida, perspectiva de mobilidade, sindicalização, bons salários, etc. Essa população, fazendo alusão a Castel (2001), foi, sobretudo, a mais atingida pelas mudanças processadas na sociedade desde os anos 1970, que refletiram no emprego. Ela, além da pouca ou nenhuma experiência profissional, tende a vagar entre estágios, pequenos serviços e alternativas de sobrevivência na capital do RN.

Esse segmento juvenil mergulha em uma crise de incertezas, instabilidade e vulnerabilidade. Ela oscila entre tempos de trabalho de curta duração e tempos de desemprego. Situação essa que, guardadas as devidas diferenças entre um momento histórico e outro, nos remete à categoria da superpopulação relativa, que Marx (2006) classificou como população *flutuante, latente e estagnada*, e que se fez presente no processo de industrialização inglesa.

É relevante destacar, também, que aqueles que não se inseriram no mercado de trabalho têm se dedicado especialmente aos estudos e, em algumas situações, à atividades domésticas. Alguns deles têm como objetivo entrar na universidade pública e estudam para realizar as provas do Exame Nacional do Ensino MÉDIO – ENEM. Já outros, em particular as mulheres, acumulam o estudo com as obrigações domésticas, como é o caso de uma beneficiária do programa que diz: “Eu só estudo, mas quando minha mãe sai para trabalhar eu sou a responsável por cuidar da minha irmã pequena e deixar meu irmão menor na escola”.

IV Considerações finais

O estudo buscou estabelecer a situação do jovem beneficiário do PRONATEC, modalidade FIC, na realidade do mercado de trabalho da cidade do Natal. A análise da investigação indica que os cursos ofertados legitimam a desqualificação da formação ao se caracterizarem pela simplificação do conhecimento. Além disso, os beneficiários pouco conseguem se inserir no mercado de trabalho por meio do curso adquirido e, quando isso acontece, ocupam postos de trabalhos precarizados.

Assim, os Cursos de Formação Inicial e Continuada, ao menos na realidade analisada, estão distantes de colocar em maior percentual o segmento juvenil no mercado de trabalho da cidade do Natal, revelando a complexidade da questão que, entre outros fatores, requer um melhor entendimento da realidade do mercado de trabalho local, caracterizado pela inexistência de um parque industrial tradicional, mas com forte potencial econômico no setor de serviços, em particular no turismo.

Com efeito, os cursos ofertados não possuem alinhamento com a demanda de um estado flagelado da região nordeste, como o Rio Grande do Norte, onde os índices de pobreza e a taxa de desemprego figuram entre os piores do país. Além dessa problemática, a inserção do jovem no mercado de trabalho envolve questões de natureza social, econômica, individual e familiar, esferas que normalmente não são levadas em consideração pelo programa no momento de oferecer os cursos de qualificação profissional.

Dito isto, infere-se que os avanços ocorridos no mercado de trabalho não foram suficientes para colocar a população jovem em ocupações de qualidade, como defende a OIT. O mercado de trabalho ainda se assume com a sua complexidade, heterogeneidade e flexibilidade.

As mudanças que se processaram, não alteraram, substancialmente, a estrutura ocupacional do país, que continua marcada pelo subemprego, pela informalidade e pela precarização. Ainda assim, se reconhece que, a partir da década de 2000, o Brasil combinou crescimento econômico com distribuição de renda, permitindo a mobilidade social por meio da ampliação do nível de emprego, com remuneração um pouco acima do salário mínimo, sobretudo, para aqueles que se localizam na base da pirâmide social.

V Referências

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE. Brasília: MTE, SE, 2011.

BRAGA, Ruy, In: **REVISTA POLI**: saúde, educação e trabalho. Ano VI. Nº 32. Jan/fev.2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a política nacional de juventude (2003-2010)**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude. 2011.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIEESE. **Nota Técnica**. Número 132 – dezembro 2013 (atualizado janeiro 2014).

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria, Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília, DF: MEC, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I., V. II. 21. Ed. Rio de Janeiro, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo, dependência e marginalidade**: uma contribuição teórica. (s.n.)

REVISTA POLI: saúde, educação e trabalho. Ano VI. Nº 32. Jan/fev.2004.

REINECK, Gerhard. Qualidade de Emprego e Emprego Atípico no Brasil. In. POSTUMA, Ana Caroline (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e MTE, São Paulo, Ed. 34, 1999.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo:Boitempo, 2001.

_____. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.383-399, 2004.

VASSAPOLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.